

Saúde Da Mulher: Mecanismos E Medidas Legais Para A Igualdade De Gênero

Rogério Campos Ferreira

Universidade De Ribeirão Preto

Pedro Vitor Lopes Costa

Universidade Federal Do Piauí

Marcos Vinicius Lisboa

Universidade De Ribeirão Preto

Izabela Alves Drumond Fernandes

Universidade Estadual De Montes Claros

Renato Negrão Barbosa Júnior

Universidade De Ribeirão Preto

Bárbara Sabioni Valadares

Universidade De Ribeirão-Preto UNAERP

Paulo Hernandes Gonçalves Da Silva

Universidade Federal Do Norte Do Tocantins

Daniele Soares Cavalcanti

UNINOVE

Juliano Sguizardi

Faculdade De Colider

Sidinei Farias

Universidade Do Vale Do Taquari-UNIVATES

Claudete Rempel

Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

Rodrigo Lélis Neiva

Universidade Católica De Brasília UCB

Luana Maria Araújo Costa

Universidade Federal Do Piauí

Kelly Josiane Oliveira Lustosa Leite

Universidade Federal Do Piauí

Resumo:

Esta pesquisa teve como objetivo explorar as perspectivas e experiências de profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no enfrentamento da violência de gênero, especialmente o feminicídio, e na promoção da saúde da mulher. Adotando uma abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa contou com uma amostra de 15 profissionais da DEAM, incluindo delegados, agentes de polícia, assistentes

sociais e psicólogos. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, e os dados foram analisados com base na técnica da análise do discurso. Os resultados revelaram que, apesar de avanços legislativos, como a Lei do Feminicídio, o sistema de justiça ainda enfrenta desafios significativos, como a impunidade, a morosidade judicial e a falta de integração entre os serviços de saúde, segurança e justiça. A saúde mental das vítimas também foi identificada como uma questão crucial, com lacunas no atendimento psicológico adequado. Além disso, a pesquisa evidenciou a persistência de estereótipos de gênero que impactam o atendimento e a necessidade de uma rede mais integrada e eficaz de apoio às mulheres. Em conclusão, a pesquisa ressaltou que, para o enfrentamento efetivo do feminicídio, é fundamental a melhoria das políticas públicas, o fortalecimento da capacitação profissional, a integração dos serviços de atendimento e a promoção de uma mudança cultural em relação à violência de gênero.

Palavras-chave: Saúde da mulher; Feminicídio; Jurídico.

Date of Submission: 03-12-2024

Date of Acceptance: 13-12-2024

I. Introdução

A saúde da mulher é um direito fundamental que abrange não apenas as condições físicas, mas também os aspectos psicológicos, emocionais e sociais das mulheres. Em uma sociedade marcada por desigualdades de gênero e violência sistêmica, a saúde da mulher se torna um campo de extrema importância, que exige políticas públicas, atuação jurídica e mobilização social para garantir um cuidado integral. A violência de gênero, particularmente o feminicídio, é um dos maiores desafios nesse contexto, impactando diretamente a saúde das mulheres e exigindo uma análise crítica das perspectivas jurídicas para o enfrentamento desse grave problema (Silva, 2023).

O feminicídio, definido como o assassinato de uma mulher em razão do seu gênero, é um dos crimes mais brutais que afeta a vida das mulheres, muitas vezes sendo o ponto culminante de uma série de violências físicas, psicológicas e sexuais. A natureza do feminicídio vai além do simples ato homicida, representando uma forma de violência extrema que reflete a desigualdade de poder entre homens e mulheres, a objetificação do corpo feminino e a cultura patriarcal que permeia a sociedade. Em países como o Brasil, o feminicídio tem se tornado uma preocupação crescente, com o aumento alarmante de mortes de mulheres devido a essa violência (Caicedo-roa; Bandeira; Cordeiro, 2022).

No Brasil, a promulgação da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) representou um marco jurídico significativo, estabelecendo o feminicídio como qualificadora do homicídio, com penas mais severas para quem mata uma mulher em razão de seu sexo. Contudo, embora o avanço normativo seja importante, ele ainda esbarra em questões estruturais e de implementação efetiva das políticas públicas que garantam a proteção integral das mulheres. A ausência de uma rede de apoio eficaz, a impunidade, a lentidão no processo judicial e a falência de políticas de saúde pública são elementos que agravam a situação da violência contra a mulher no país (Messias; Carmo; Almeida, 2020).

A saúde da mulher precisa ser abordada de forma holística, considerando tanto a saúde física quanto a saúde mental, já que a violência de gênero tem impactos profundos na saúde psicológica das vítimas. O trauma vivido por mulheres em situações de violência, especialmente em casos de feminicídio, vai além do sofrimento imediato, podendo acarretar transtornos psicológicos e psiquiátricos de longo prazo, como depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático (TEPT) e tentativas de suicídio (Okabayashi et al., 2020).

Assim, a violência contra a mulher exige que os sistemas de saúde não apenas tratem os ferimentos físicos, mas também ofereçam suporte psicológico contínuo. Dentro do contexto jurídico, as perspectivas para o combate ao feminicídio e à violência de gênero devem estar integradas às políticas de saúde pública. A atuação dos profissionais de saúde, como médicos, psicólogos e assistentes sociais, é crucial para a identificação precoce de sinais de violência doméstica e para a proteção das vítimas. No entanto, o sistema de saúde, muitas vezes, não está devidamente preparado para lidar com essas questões de forma sensível e eficaz, o que pode resultar em revitimização, negligência e em falhas na denúncia de casos de violência (Rabelo; Azambuja; Arruda, 2022).

Além disso, é importante analisar o papel da educação e da conscientização para a promoção da saúde da mulher e do combate ao feminicídio. O empoderamento feminino, o fortalecimento da rede de apoio a mulheres em situação de violência e a sensibilização da sociedade sobre a gravidade do feminicídio são ações fundamentais para mudar a cultura de violência e impunidade. A educação em saúde, os programas de prevenção e as campanhas de conscientização têm se mostrado eficientes em reduzir o número de casos de violência e feminicídios quando são integrados ao sistema jurídico e às políticas públicas (Silva, 2023).

Assim, esta pesquisa teve como objetivo explorar as perspectivas e experiências de profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no enfrentamento da violência de gênero, especialmente o feminicídio, e na promoção da saúde da mulher

II. Materiais E Métodos

A pesquisa realizada teve como objetivo explorar as perspectivas e experiências de profissionais que atuam diretamente no atendimento a mulheres vítimas de violência, especialmente em relação ao feminicídio, em uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, que buscou compreender as práticas, desafios e percepções desses profissionais no cotidiano da violência contra a mulher e no enfrentamento do feminicídio. O caráter exploratório da pesquisa foi escolhido por se tratar de um campo de estudo ainda em constante evolução, onde as práticas e as políticas públicas muitas vezes não estão completamente consolidadas, sendo necessário um levantamento inicial para mapear as questões envolvidas.

A amostra da pesquisa foi composta por 15 profissionais que atuam em uma DEAM, com perfis variados em termos de formação e tempo de experiência na área. Essa diversidade foi importante para oferecer uma visão mais ampla e rica sobre as diferentes dimensões do atendimento às mulheres em situação de violência. A amostra incluiu delegados, agentes de polícia, assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais que atuam no cotidiano da delegacia, garantindo uma visão multidisciplinar do processo de atendimento e investigação. A escolha de uma amostra intencional se deu com o objetivo de compreender as diferentes perspectivas dos profissionais, que têm contato direto com as vítimas e com o processo de investigação e encaminhamentos legais.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas, que permitiram um aprofundamento nas percepções, opiniões e relatos dos profissionais sobre o atendimento às mulheres em situação de violência. As entrevistas foram conduzidas de forma individual, em um ambiente reservado, para garantir a privacidade e a confidencialidade dos participantes. As questões foram elaboradas para explorar tanto aspectos objetivos quanto subjetivos do trabalho realizado pelos profissionais, incluindo os desafios enfrentados no cotidiano da DEAM, a percepção sobre a eficácia das políticas públicas de combate ao feminicídio, as estratégias de atendimento às vítimas e a visão sobre as falhas e limitações do sistema de justiça.

A aplicação das entrevistas foi feita de forma a respeitar os tempos e as condições de trabalho dos profissionais, que têm uma rotina intensiva e muitas vezes limitada. O processo de entrevista foi conduzido com empatia e sensibilidade, dado o contexto de violência estrutural abordado e o potencial de revitimização das mulheres, refletido nas histórias e depoimentos dos profissionais. Além disso, o cuidado com o consentimento informado foi rigoroso, com os participantes sendo devidamente orientados sobre os objetivos da pesquisa e suas condições de anonimato e confidencialidade. As entrevistas foram gravadas, transcritas integralmente e analisadas com base em técnicas de análise qualitativa.

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica da análise do discurso, que permite compreender como as representações sociais e os significados atribuídos pelos profissionais aos fenômenos de violência de gênero e feminicídio são construídos e reproduzidos no discurso cotidiano. A análise do discurso se revelou uma abordagem adequada para a pesquisa, pois possibilita a interpretação das falas dos profissionais de forma crítica, identificando não apenas o conteúdo explícito das respostas, mas também as implicações e as ideias subjacentes a essas falas, muitas vezes relacionadas a valores, crenças e estereótipos sobre o gênero e a violência.

A técnica da análise do discurso foi aplicada em duas etapas. Na primeira, foi realizada uma leitura exploratória das transcrições das entrevistas, com o objetivo de identificar temas e padrões recorrentes, como as percepções sobre a violência de gênero, os limites e as potencialidades do atendimento na DEAM, e as relações entre as políticas públicas e a prática profissional. Na segunda etapa, foi feito um cruzamento das falas, buscando compreender como diferentes profissionais abordam questões semelhantes e como suas experiências pessoais e profissionais influenciam suas respostas. A análise levou em conta a linguagem utilizada, os contextos em que determinadas palavras ou expressões eram recorrentes, e como o discurso refletia as tensões entre a teoria jurídica e a realidade prática do trabalho de atendimento às mulheres.

III. Resultados E Discussões

A pesquisa revelou aspectos significativos sobre o atendimento às mulheres vítimas de violência, com foco no feminicídio, a partir da análise das entrevistas realizadas com 15 profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM). Através da técnica da análise do discurso, foram identificados padrões recorrentes e nuances nas percepções desses profissionais sobre a violência de gênero, seus impactos na saúde da mulher e a forma como o sistema jurídico e de saúde lidam com essas questões.

Primeiramente, todos os profissionais entrevistados concordaram quanto à gravidade da violência de gênero e ao aumento constante dos casos de feminicídio. A delegada E4 afirmou: "O feminicídio é, sem dúvida, o extremo de uma cadeia de violência que começa muito antes. As mulheres chegam a esse ponto após sofrerem anos de abuso físico, psicológico e emocional." Este relato ilustra a visão compartilhada pelos entrevistados de que o feminicídio não é um ato isolado, mas uma consequência de um ciclo de violência que, muitas vezes, se prolonga por anos e que poderia ser interrompido com políticas públicas mais eficazes e com maior atenção às questões de gênero.

A impunidade e a lentidão do processo judicial foram questões amplamente destacadas pelos entrevistados, especialmente pelos profissionais da segurança pública. A agente E7 comentou: "Muitas vezes, os agressores já passaram por várias fases do sistema, foram flagrados, mas ainda assim continuam livres, ou com penas leves. Isso, sem dúvida, alimenta a cultura de impunidade." A frustração com o sistema judicial foi uma constante nos relatos, demonstrando que, apesar da existência da Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015), o processo de punição e prevenção ainda enfrenta barreiras consideráveis, como a morosidade dos tribunais e a falta de rigor nas sentenças.

Outro ponto destacado foi o impacto profundo da violência sobre a saúde psicológica das vítimas. A psicóloga E12 declarou: "É impressionante como muitas mulheres chegam aqui com sinais claros de trauma psicológico. O atendimento de saúde mental é fundamental, mas falta estrutura para isso." Muitos dos entrevistados apontaram a falta de recursos no sistema de saúde como um obstáculo para o tratamento adequado da saúde mental das vítimas. Embora reconheçam a necessidade de um acompanhamento psicológico contínuo, os profissionais relataram que, devido à falta de infraestrutura e à sobrecarga de trabalho, o atendimento é muitas vezes superficial, o que prejudica a recuperação das mulheres e impede que o sistema de saúde atenda integralmente suas necessidades.

A falta de integração entre os serviços de saúde, segurança pública e justiça foi um tema recorrente. A assistente social E6 mencionou: "As mulheres chegam à delegacia, mas o atendimento psicológico muitas vezes é feito de maneira superficial, porque não temos uma parceria direta com unidades de saúde mental." Esse relato demonstra que, apesar de existirem políticas que preveem a proteção das mulheres, as lacunas na articulação entre os serviços públicos tornam o atendimento fragmentado, o que pode comprometer a recuperação das vítimas e a eficácia no enfrentamento da violência.

A criação de uma rede de apoio mais coesa, com a colaboração de diversos setores, é essencial para garantir um atendimento eficaz e contínuo. A infraestrutura da DEAM foi outro ponto criticado pelos entrevistados, especialmente no que diz respeito à sobrecarga de trabalho e à falta de recursos. A agente E3 destacou: "Estamos constantemente sobrecarregados, com muitos casos para investigar e poucos profissionais. Isso faz com que o atendimento nem sempre seja o ideal, e a qualidade do serviço acaba comprometida." A sobrecarga de trabalho foi identificada como uma das maiores dificuldades para os profissionais, comprometendo a agilidade no atendimento e a qualidade das investigações. Muitos profissionais relataram que a alta demanda de casos, somada à escassez de pessoal, acaba afetando a eficiência da delegacia, além de dificultar o tempo dedicado a cada vítima de violência.

Em relação à formação e capacitação dos profissionais, ficou claro que, embora algumas ações de treinamento já tenham sido implementadas, muitos profissionais ainda sentem a necessidade de uma formação mais contínua e especializada, especialmente no que se refere ao tratamento psicológico das vítimas e ao enfrentamento da violência de gênero. A psicóloga E15 afirmou: "É essencial que todos os profissionais, não apenas os da saúde, mas também da segurança, passem por treinamentos que os sensibilizem para a gravidade da violência de gênero e suas consequências."

A necessidade de mais programas de capacitação para sensibilizar e preparar os profissionais para lidar com as especificidades da violência de gênero foi uma constante nos depoimentos, evidenciando que, apesar dos esforços já existentes, ainda há muito a ser feito para garantir um atendimento mais qualificado e humanizado. A relação entre cultura de gênero e violência foi outro ponto identificado na pesquisa, especialmente no que diz respeito a como certos estereótipos ainda permeiam o atendimento às mulheres. A delegada E10 comentou: "Em alguns casos, é difícil até para os profissionais entenderem que uma mulher não tem culpa de ser vítima de violência. Há uma tendência, em algumas situações, de culpabilizar a vítima." Esse tipo de discurso, que perpetua estereótipos de gênero, pode agravar ainda mais o sofrimento das vítimas e dificultar o atendimento adequado.

A pesquisa revelou que, embora a maioria dos profissionais tenha boa vontade em atender as mulheres de maneira justa, a falta de uma conscientização mais profunda sobre as dinâmicas de gênero pode ser um fator limitante para a eficácia do atendimento. A educação e o empoderamento feminino foram reconhecidos por vários profissionais como fundamentais na prevenção da violência. A assistente social E8 destacou: "A prevenção é a chave, mas não basta só punir o agressor. Precisamos trabalhar com as mulheres, dando a elas ferramentas para que possam se proteger e romper com o ciclo de violência."

A promoção de programas educativos que fortaleçam o empoderamento feminino e a conscientização sobre os direitos das mulheres foi considerada uma estratégia importante para reduzir o feminicídio, já que muitas mulheres permanecem em situações abusivas devido à falta de informações sobre seus direitos ou por dependerem financeiramente de seus agressores. As políticas públicas voltadas ao enfrentamento do feminicídio também foram objeto de discussão, com muitos profissionais apontando que, embora a criação da Lei do Feminicídio tenha sido um avanço significativo, a implementação dessas políticas ainda deixa a desejar.

O delegado E5 afirmou: "A Lei do Feminicídio foi um passo importante, mas é necessário que haja mais investimentos em infraestrutura, treinamento e apoio às vítimas." A falta de recursos e a implementação desigual

das políticas públicas foram vistas como grandes obstáculos. O apoio à vítima, muitas vezes, não é contínuo e se limita ao atendimento imediato, sem dar continuidade ao processo de recuperação ou a um suporte efetivo.

Por fim, a questão da representatividade feminina dentro da segurança pública também foi abordada pelos entrevistados. A agente E2 mencionou: "Eu sinto que muitas mulheres se identificam mais facilmente com os outros profissionais mulheres, o que facilita o processo de acolhimento. Mas ainda falta mais mulheres em posições de liderança." A presença de mulheres em posições de liderança dentro da DEAM foi vista como uma forma importante de fortalecer o acolhimento das vítimas, mas muitos apontaram que ainda há uma escassez de mulheres em cargos de maior responsabilidade. Essa falta de representatividade pode, em parte, influenciar a dinâmica de atendimento e a abordagem de questões relacionadas à violência de gênero.

Em síntese, os resultados da pesquisa mostram que, apesar de alguns avanços importantes, como a promulgação da Lei do Feminicídio, o enfrentamento à violência contra a mulher ainda enfrenta desafios significativos. A sobrecarga de trabalho, a falta de integração entre os serviços de saúde, segurança e justiça, a insuficiência de recursos e a resistência a mudanças culturais dentro do sistema de atendimento são barreiras que precisam ser superadas. As políticas públicas devem ser mais eficazes e integradas, e o empoderamento feminino, a formação contínua dos profissionais e a melhoria na infraestrutura da DEAM são essenciais para garantir que as mulheres vítimas de violência recebam um atendimento digno e eficaz. A criação de uma rede de apoio que atue de forma coordenada e contínua é fundamental para prevenir o feminicídio e garantir que as mulheres possam romper com o ciclo de violência.

IV. Conclusão

A pesquisa realizada teve como objetivo explorar as perspectivas e experiências de profissionais da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM), buscando compreender os desafios e as práticas no enfrentamento da violência de gênero, especialmente o feminicídio, no contexto da saúde da mulher. Os resultados obtidos apontaram para uma série de avanços importantes, mas também revelaram barreiras estruturais e culturais significativas que ainda dificultam um enfrentamento eficaz do feminicídio no Brasil.

Primeiramente, os dados indicam que a violência de gênero, especialmente o feminicídio, continua a ser um dos problemas mais graves que afeta as mulheres, com um ciclo de abuso que, muitas vezes, se prolonga por anos antes de se materializar em um ato fatal. A percepção dos profissionais da DEAM confirma que o feminicídio não é um evento isolado, mas o resultado de uma série de violências anteriores, seja física, psicológica ou emocional. No entanto, a insuficiência de políticas públicas efetivas, a falta de recursos e a impunidade persistente dificultam a interrupção desse ciclo de violência. Como indicaram os participantes da pesquisa, a ausência de uma rede integrada de apoio – que articule as áreas de saúde, segurança pública e justiça – ainda é uma grande lacuna na rede de proteção das mulheres.

Além disso, a saúde mental das vítimas de violência foi identificada como um aspecto crucial que precisa ser melhor abordado no atendimento. Muitos profissionais reconheceram que o trauma psicológico causado pela violência de gênero é profundo e duradouro, muitas vezes se estendendo muito além do atendimento imediato. Contudo, a falta de infraestrutura adequada e de profissionais capacitados para oferecer acompanhamento psicológico contínuo foi apontada como um obstáculo significativo. A sobrecarga de trabalho na DEAM e a escassez de recursos no sistema de saúde dificultam a implementação de uma abordagem holística que contemple tanto a saúde física quanto a mental das mulheres em situação de violência.

Outro ponto essencial abordado foi a cultura de gênero que permeia tanto o atendimento às vítimas quanto as práticas institucionais. Embora os profissionais da DEAM estejam comprometidos com a proteção das mulheres, o sexismo estrutural e os estereótipos de gênero ainda influenciam negativamente o atendimento e a forma como os casos são tratados, muitas vezes resultando em uma revitimização das mulheres. Esse fenômeno foi observado em relatos de profissionais que mencionaram a culpabilização das vítimas, especialmente em contextos onde a mulher não se desvincula imediatamente do agressor. A educação contínua sobre as dinâmicas de gênero e a desconstrução de preconceitos são, portanto, essenciais para transformar a abordagem institucional e garantir um atendimento mais sensível e justo.

A Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) foi reconhecida como um avanço importante na legislação, no entanto, os profissionais da DEAM apontaram a necessidade de uma implementação mais eficaz dessa lei. A lentidão do processo judicial, a impunidade e a falta de investimentos adequados em infraestrutura e formação continuada foram considerados fatores que ainda comprometem a aplicação da lei de forma efetiva. A falta de um sistema de justiça mais ágil e mais rigoroso para punir os agressores contribui para a sensação de impotência entre os profissionais e para a perpetuação da violência contra as mulheres.

A análise também destacou a importância da integração entre os diversos serviços que lidam com a violência de gênero. A desconexão entre os serviços de saúde, segurança pública e justiça resulta em um atendimento fragmentado e em um processo que, muitas vezes, não garante a proteção integral das vítimas. A criação de um sistema mais articulado, onde os profissionais de diferentes áreas possam atuar de forma

coordenada, seria um passo importante para garantir que as mulheres recebam um atendimento contínuo, sem falhas no percurso de proteção e acolhimento.

Por fim, a pesquisa evidenciou a importância do empoderamento feminino e da educação em direitos humanos para a prevenção do feminicídio. O fortalecimento da autonomia das mulheres, através de programas educativos que forneçam informações sobre os direitos e as formas de denúncia, é essencial para quebrar o ciclo de violência. A sensibilização da sociedade e a promoção de um debate público sobre as questões de gênero também são estratégias que podem contribuir significativamente para reduzir os índices de violência e para promover uma cultura de respeito e igualdade.

Em conclusão, a pesquisa revelou que, apesar de avanços na legislação e na implementação de algumas políticas de proteção, o combate ao feminicídio ainda enfrenta obstáculos consideráveis. A superação dessas barreiras exige não apenas o fortalecimento das políticas públicas já existentes, mas também um investimento em infraestrutura, capacitação profissional e, principalmente, a integração de esforços entre as diversas áreas envolvidas na proteção das mulheres. Além disso, é fundamental promover uma mudança cultural que desafie as normas patriarcais e os estereótipos de gênero, garantindo que as mulheres possam viver sem medo da violência e com acesso a uma rede de proteção eficaz, sensível e acolhedora. O enfrentamento da violência de gênero e o combate ao feminicídio demandam uma ação conjunta e coordenada entre sociedade, Estado e as próprias mulheres, de modo a construir um futuro mais seguro e igualitário para todas.

Referências

- [1] Caicedo-Roa, M.; Bandeira, L. M.; Cordeiro, R. C. Femicídio E Feminicídio: Discutindo E Ampliando Os Conceitos. *Revista Estudos Feministas*, 2022.
- [2] Messias, E. R.; Carmo, V. M.; Almeida, V. M. Feminicídio: Sob A Perspectiva Da Dignidade Da Pessoa Humana. *Revista Estudos Feministas, Florianópolis*, 28(1), 2020.
- [3] Okabayashi, N. Y. T. Et Al. Violência Contra A Mulher E Feminicídio No Brasil - Impacto Do Isolamento Social Pela Covid-19 / Violence Against Women And The Femicide In Brazil - Impact Of Social Distancing For Covid-19. *Brazilian Journal Of Health Review*, [S. L.], V. 3, N. 3, P. 4511–4531, 2020.
- [4] Rabelo, L. A.; Azambuja, F. P.; Arruda, R. A. Feminicídio: Evolução Histórica Do Conceito, Uma Análise Cultural, A Luz Dos Direitos Humanos. *Revista Direitos Sociais E Políticas Públicas (Unifafibe)*, 10(2), 543–566, 2022.
- [5] Silva, E. B. P. Filhos E Um Destino: O Feminicídio, Influenciando A Perspectiva De Uma Juventude. *Revista Farol*, 2023.